



Relatório Anual de 2024 Relativo à Corrupção e Infrações Conexas

Recomendação

Os eleitos do PS analisaram com preocupação o relatório acima referido, realçando os seguintes aspetos aí mencionados:

1. Constatámos, todavia, que, embora no Plano de Prevenção e Riscos aprovado em Assembleia de Freguesia, constem a valências essenciais a serem seguidas pelo Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ), as mesmas não estão presentemente a ser encaminhadas para o aludido Gabinete, o que pode constituir constrangimento futuro por falta de validação.
2. A contratação pública deverá, como se viu, estar subordinada a um critério de múltipla validação que envolverá Aprovisionamentos, Contabilidade e Gabinete Jurídico. Julga-se que esta sugestão deveria ser seriamente aprofundada, em prol da transparência de procedimentos, evitando-se assim eventuais derrapagens orçamentais, constrangimentos e suspeições.
3. OS SETORES DA TESOURARIA, CONTABILIDADE E GESTÃO ORÇAMENTAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E VIATURAS DA FREGUESIA desempenham, todos eles, papéis essenciais para o bom funcionamento e transparência da Administração Pública Local constituindo o espelho onde tudo se revê e se escrutinam as boas práticas.
Aconselha-se vivamente, auditorias periódicas e escrutínios nesses Setores, sendo que tal prática é fundamental para garantir a legalidade, eficiência e transparência na gestão dos recursos públicos. Quando esses Setores não são submetidos a avaliações constantes, aumentam os riscos de irregularidades, má gestão ou desvios, prejudicando a confiança da população e a integridade da Administração.
4. A existência de um código de conduta bem fundamentado e conhecido é um diferencial que demonstra o comprometimento da Junta de Freguesia com a ética, a transparência e a boa governança. Estes valores são essenciais para enfrentar os desafios do dia a dia, resolver conflitos de forma justa e garantir uma gestão pública eficiente, sustentável e orientada para o interesse coletivo. Portanto, investir na difusão e compreensão do código de conduta é investir na credibilidade, na moralidade e na melhoria da administração local.

Assim, os eleitos pelo Partido Socialista vêm propor que a Assembleia de Freguesia, nesta sessão, delibere recomendar ao executivo que sejam implementadas com urgência as medidas mitigadoras dos riscos de corrupção preconizadas no Relatório

Lisboa, 26 de junho de 2025

Os eleitos do PS na Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas